

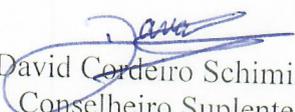
ATA Nº 08.2025 EM 22/08/2025
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO TAIÓPREV

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIÓPREV, realizada no vigésimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sala de reuniões do TAIÓPREV. Atendendo convocação, compareceram os membros Titulares do Conselho Fiscal: Camila Hadlich Montagna Michels, Kaila Cristina Wolsteiner e Vanessa Manchein, e representando os suplentes Eliana Peron Zanluca e David Cordeiro Schimidt. Além da participação da Diretora Presidente Indianara Seman, da Diretora Administrativa e Financeira Tayse Ariane Geremias e da Contadora Roberta Lini Negherbon Luz. Aberto os trabalhos pela Presidente Vanessa, que cumprimentou os presentes e em seguida, apresentou a pauta do dia. **1. Leitura da ata da Reunião do Comitê de Investimentos – 20/08/2025; 2. Leitura da ata do Conselho de Administração – 21/08/2025; 3. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos - Julho 2025; 4. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos; 5. Análise do balancete do mês de Julho 2025. 6. Relatório das diligências em SP. 7. Vagas no congresso nacional de conselheiros – 10 a 12 de dezembro em Recife 8. Assuntos gerais.** Iniciando pelo primeiro item da pauta. **1. Leitura da ata do comitê de investimentos 20.08.2025;** Indianara inicia fazendo a leitura da ata do comitê de investimentos do dia 20.08.2025 sendo estas colocadas para votação e aprovadas sem ressalvas. **2. Leitura da ata do Conselho de Administração 21/08/2025.** Em seguida, Indianara fez a leitura da ata da última reunião ordinária do Conselho de Administração, para que o Conselho Fiscal acompanhasse as deliberações daquele conselho. **3. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – Julho 2025.** Foi apresentada a composição da carteira de julho de 2025 que encerrou tendo sua composição dividida em Títulos Públicos 53,76% Fundos de Renda Fixa 25,23% Ativos de Renda Fixa 14,70% Fundos de Renda Variável 6,02% Investimentos no Exterior 0,28% Contas Correntes 0,00%. Com um saldo de R\$ 82.890.736,68 (oitenta e dois milhões oitocentos e noventa mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos). com uma rentabilidade abaixo da meta atuarial. A meta para o mês de julho de 2025 ficou estabelecida em 0,69% sendo (IPCA + 5,27% A.A.) e a meta alcançada foi de 0,58% obtendo um retorno financeiro positivo no mês de R\$ 479.718,44 (quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos). A carteira encerrou o mês em total conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e com a Política de Investimentos 2025. **4. Análise do Parecer enviado pelo Comitê de Investimentos.** Indianara apresenta aos membros do conselho o memorando enviado pelo comitê de investimentos junto com o parecer e relatório de investimentos. Após análise do parecer e do relatório, o conselho fiscal deliberou pela aprovação dos investimentos do TAIÓPREV. O relatório e o parecer serão anexados a esta ata junto com o parecer desenvolvido pelo conselho fiscal referente aos investimentos do TAIÓPREV. **5. Análise do balancete do mês de julho 2025.** Roberta da início a apresentação pelas receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de julho de 2025. Apresentando todos os empenhos emitidos dentro do período, bem como os demonstrativos das receitas do período. Após a apresentação e análise dos conselheiros, os relatórios de receitas e despesas da Taxa de Administração e Recursos Previdenciários do mês de julho foram aprovados sem ressalvas pelo conselho fiscal. **6. Relatório das diligências em SP.** Indianara apresentou o relatório desenvolvido sobre as diligências realizadas nas instituições financeiras e a participação na XP Expert. Sendo que este foi já apresentado e aprovado pelo conselho de administração e seguira para a divulgação no site. **7. Vagas no congresso nacional de conselheiros – 10 a 12 de dezembro em Recife.** Indianara comenta que em dezembro nos dias 10 a 12 de dezembro vai acontecer em Recife o congresso nacional de conselheiros de RPPS, e para que a diretoria comece a organizar os orçamentos o conselho de administração definiu que será dada a oportunidade de participação aos conselheiros que ainda não participaram em nenhum evento e que sejam titulares, caso não tenha titulares interessados, a vaga será destinada aos suplentes e um membro da diretoria para acompanhar os

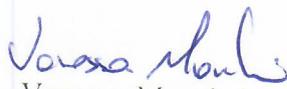
conselheiros. No Conselho Fiscal foram levantados os nomes de Kaila e Camila e ambas confirmaram ter interesse na participação do evento. **8. Assuntos gerais.** Não houve. Nada mais havendo a tratar lavrou-se esta ata que segue por mim assinada, Tayse Ariane Geremias e demais membros do Conselho do Conselho Fiscal presentes na reunião.

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO:

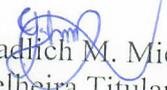
- Aprovada as sugestões de alocações do Comitê de investimentos julho 2025;
- Aprovado as receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de julho 2025;
- Aprovado o balancete do mês de julho.
- Aprovado os investimentos junho por estar aderentes a Política de investimentos 2025;
- Elaboração do Parecer sobre os investimentos de julho de 2025.


David Cordeiro Schimidt
Conselheiro Suplente
Conselho Fiscal


Kaila Cristina Wolsteiner
Conselheira Titular
Conselho Fiscal


Vanessa Manchein
Presidente
Conselho Fiscal


Eliana Peron Zanluca
Conselheira Suplente
Conselho Fiscal


Camila Hadlich M. Michels
Conselheira Titular
Conselho Fiscal


Roberta Lini Negherbon Luz
Contadora


Tayse Ariane Geremias
Diretora Administrativa e
Financeira


Indianara Seman
Diretora Presidente

Parecer 08/2025 do Conselho Fiscal

Competência: JULHO/ 2025

Considerando a previsão legal do manual do pró-gestão RPPS aprovado em sua versão 3.5 com vigência a partir de 15/01/2024, instituído pelo programa de certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio da Portaria MTP nº 1.467/2022 – Manual do Pró-Gestão RPPS – em seu capítulo 11, 3- DIMENSÕES DO PRO GESTAO, 3.5- Governança corporativa, 3.2.6- política de investimentos , nível 1 – “*elaboração de relatórios mensais , acompanhados de parecer do comitê de investimentos e aprovação do conselho fiscal, de acompanhamento de rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos a política de investimentos*”

Considerando que o comitê de investimentos do TAIOPREV é um órgão colegiado, que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução as política de investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos na seção I do Capítulo 5 da Portaria 1.467/2022, tem desempenhado papel fundamental atendendo requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.

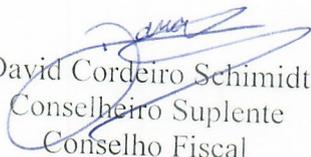
Considerando que o comitê de investimentos do TAIOPREV, tem respaldo da empresa SMI consultoria de investimentos devidamente qualificada para dar suporte se assessoramento das estratégias para que as necessidades atuariais do instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos, respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência;

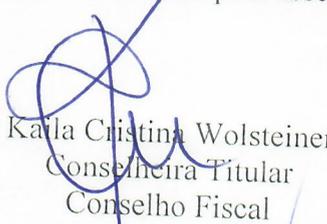
Considerando as competências do responsáveis pela gestão de recurso, assim denominadas: Gestor de Recursos e Diretora Financeira (executa os investimentos e desinvestimentos), Conselho de administração (aprova a política de investimentos), Comitê de investimentos (participa diretamente do processo decisório de formulação e execução), consultoria de investimentos (fornece sistema online, disponibilizando relatórios oriundos dos serviços de consultoria e controladoria prestados), Gestor/Administrador/distribuidor (são profissionais e agentes participantes do processo de gestão dos recursos do RPPS).

Considerando que dentre as atribuições deste conselho, está o acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operação realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à política de investimentos, obedecendo os limites estabelecidos pela Resolução 4.963/2021 e suas execuções, deliberadas pelo comitê de investimentos.

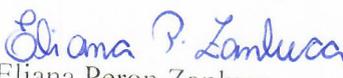
Este conselho fiscal por seus membros vem **APROVAR** o parecer do **relatório de gestão de investimentos**, emitido pelo comitê de investimentos dos meses de JULHO de 2025, considerando os aspectos contidos na documentação encaminhada pela assessoria de investimentos.

Taió, 22 de agosto de 2025.


David Cordeiro Schimidt
Conselheiro Suplente
Conselho Fiscal


Karla Cristina Wolsteiner
Conselheira Titular
Conselho Fiscal


Vanessa Manchein
Presidente
Conselho Fiscal


Eliana Peron Zanluca
Conselheira Suplente
Conselho Fiscal


Camila Hatrich M. Michels
Conselheira Titular
Conselho Fiscal

RESOLUÇÃO n.º 18/2025, DE 22 DE AGOSTO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS E DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO MÊS DE JULHO DO ANO 2025 DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC - TAIOPREV.

Vanessa Manchein, Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió/SC - TAIOPREV, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, dispostas no Art. 172, da Lei Ordinária nº 3.625, de 19 de dezembro de 2012; e,

Considerando a aprovação constante em Ata da reunião do Conselho Fiscal realizada no dia 22 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar sem ressalvas o demonstrativo das receitas e despesas dos recursos previdenciários e taxa de administração do mês de julho de 2025 na reunião ordinária realizada em 22 de agosto de 2025.

Art. 2º. Os relatórios e documentos analisados que fundamentaram a decisão, encontram-se arquivados no TAIÓPREV.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Taió, 22 de agosto de 2025.



Vanessa Manchein

Presidente do Conselho Fiscal do TAIÓPREV

RESOLUÇÃO n.º 17/2025, DE 22 DE AGOSTO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2025 DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC - TAIOPREV.

Vanessa Manchein, Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió/SC - TAIOPREV, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, dispostas no Art. 172, da Lei Ordinária n.º 3.625, de 19 de dezembro de 2012; e,

Considerando a aprovação constante em Ata da reunião do conselho Fiscal realizada no dia 22 de agosto de 2025:

RESOLVE:

Art. 1.º. Aprovar os investimentos realizados no mês de JULHO de 2025.

Art. 2.º. O relatório mensal de investimentos e o parecer do comitê de investimentos encontram-se publicados anexos à ata da reunião ordinária n.º 08/2025.

Art. 3.º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Taió, 22 de agosto de 2025.

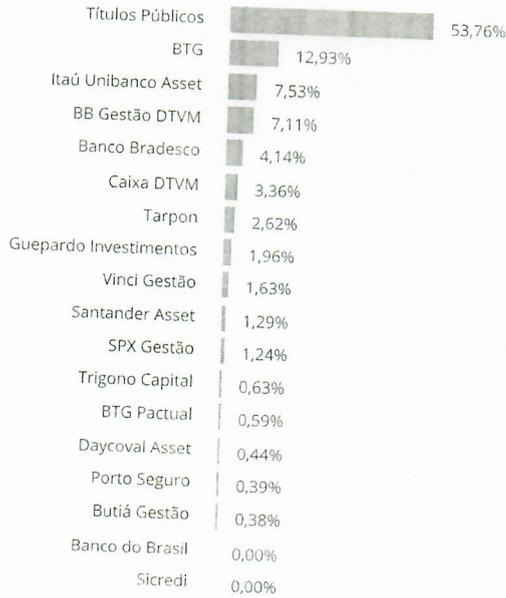


VANESSA MANCHEIN
Presidente do Conselho Fiscal do TAIÓPREV

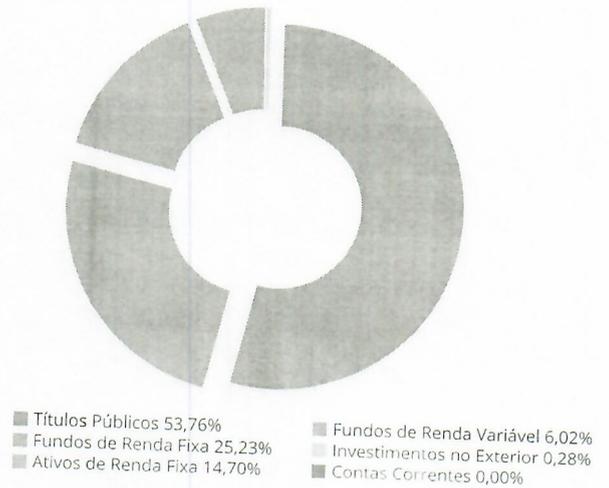
TAIÓPREV

Os recursos do TAIÓPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



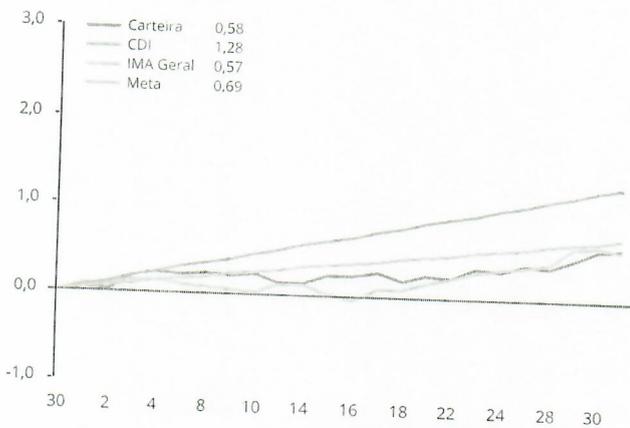
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



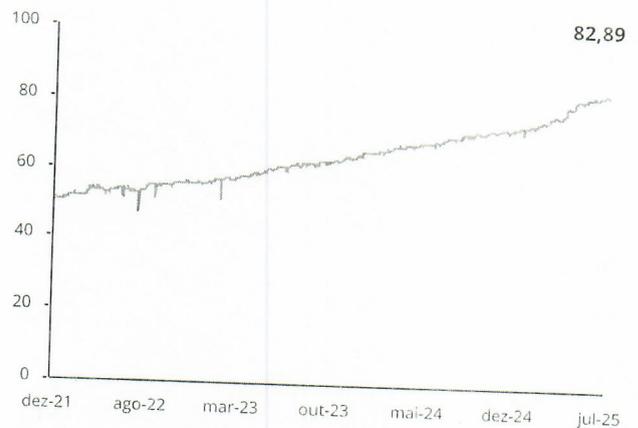
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
TAIÓPREV	0,58%	7,55%	10,85%
META ATUARIAL - IPCA + 5,27% A.A.	0,69%	6,40%	10,60%
CDI	1,28%	7,77%	12,54%
IMA GERAL	0,57%	8,52%	9,87%
IBOVESPA	-4,17%	10,63%	4,25%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O tema central do cenário macroeconômico permaneceu nos desdobramentos da política tarifária dos Estados Unidos, sobretudo com o início da vigência das cobranças em agosto. Em julho, os acordos com nações parceiras progrediram, havendo uma redução de tarifas em comparação com aquelas anunciadas em abril. Contudo, o Brasil se destacou ao longo do mês, devido a uma ofensiva do governo Trump, que elevou as tarifas sobre grande parte dos produtos brasileiros, em razão de uma reavaliação política e diplomática entre os países.

Nos Estados Unidos, a economia mantém algum fôlego, apesar das preocupações com juros elevados, inflação e tensões comerciais. A primeira estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre evidenciou um crescimento sustentado pela redução das importações, componente subtrator do cálculo, mas a principal informação foi o arrefecimento do consumo. Ademais, a confiança empresarial está parcialmente comprometida devido ao enfraquecimento da demanda e às pressões inflacionárias.

Ainda que haja sinais de desaceleração econômica, os dados até o final de julho sugeriam um mercado de trabalho sólido, com a taxa de desemprego em mínimas históricas. A inflação seguiu uma trajetória benigna, mesmo que apresente resistência para desacelerar. O contexto propiciou o argumento de manter a taxa de juros pelo Federal Reserve liderado por Jerome Powell, que ponderou com cautela para a decisão esperada em setembro, embora os diretores Michelle Bowman e Christopher Waller já defendessem, na última reunião, o início do ciclo de corte de juros.

Na Europa, o ambiente econômico apresentou os primeiros sinais de reação, ainda que a recuperação seja gradual e desigual entre os países do bloco. O setor de serviços voltou a crescer de maneira mais consistente, enquanto a indústria, mesmo abaixo da linha de expansão, aproxima-se de um possível ponto de inflexão. O otimismo empresarial pode intensificar-se com o acordo tarifário que reduziu a cobrança para a maioria das exportações europeias para os Estados Unidos, embora com a exigência de maiores investimentos em território norte-americano.

Além das condições favoráveis na economia real, o Banco Central Europeu optou por manter os juros estáveis, destacando o progresso da inflação em linha com a meta. Os preços de serviços ainda seguem pressionados, mas o arrefecimento nas pressões salariais permitiu um discurso menos agressivo. A decisão foi tomada em um cenário global incerto, com a autoridade monetária sinalizando atenção a fatores externos.

Na China, a atividade econômica superou as expectativas no segundo trimestre, com uma expansão liderada pela produção industrial. O setor de manufatura voltou à zona de crescimento, sustentado pela trégua temporária nas disputas comerciais com os Estados Unidos. No entanto, o consumo doméstico mostrou sinais de fraqueza e o setor de serviços perdeu ritmo, limitando o otimismo quanto à tentativa de recuperação interna. Apesar de o governo manter como prioridade a tentativa de tornar o consumo interno como base de crescimento ao longo do ano, o Banco Popular da China manteve as taxas de juros inalteradas.

No Brasil, o ambiente político permaneceu marcado por desavenças entre os poderes, elevando a percepção de risco e adicionando volatilidade aos ativos financeiros. A disputa sobre medidas fiscais, como o aumento do IOF, dificultou a condução da política orçamentária a poucos meses do ano eleitoral. Além disso, a imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros desestabilizou as relações diplomáticas, levando o governo a buscar negociações para mitigar impactos no setor externo.

O decreto de cobrança de tarifas trouxe alívio com a isenção de diversos produtos. No entanto, a equipe econômica planeja uma reunião para discutir os impactos da tarifa sobre os demais produtos brasileiros. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um plano de contingência para proteger setores e empresas mais vulneráveis, utilizando recursos públicos em conformidade com as regras fiscais. O mercado, porém, mantém ceticismo quanto à gestão orçamentária, especialmente após o Relatório do Tesouro Nacional revelar um déficit primário no acumulado do primeiro semestre de 2025 e o aumento da dívida fiscal.

No âmbito monetário, o Banco Central manteve a taxa Selic, além de reforçar uma postura mais rígida na condução da política monetária. A decisão foi fundamentada no cenário de incerteza, tanto doméstico quanto internacional, marcado por pressões tarifárias, expectativas de inflação desancoradas e um mercado de trabalho aquecido, ainda que haja sinais de desaceleração econômica. Nesse sentido, o comunicado destacou a exigência de um período consideravelmente prolongado de juros demasiadamente elevados.

A atividade econômica brasileira apresentou perda gradual de impulso, com indicadores setoriais sinalizando desaceleração no varejo, nos serviços e na indústria. A combinação de juros altos, crédito mais restrito e queda da confiança do consumidor contribuiu para a moderação do crescimento. Embora a resiliência de alguns setores, o ritmo mais lento sugere um segundo semestre menos intenso, com impactos na arrecadação e na geração de empregos. Até o momento, o mercado de trabalho mostra robustez, especialmente com a taxa de desemprego renovando o recorde no número de

trabalhadores com carteira assinada. Contudo, espera-se menor capacidade de absorção de mão de obra nos próximos meses, devido à queda dos índices de confiança empresarial.

Em julho, os mercados globais registraram desempenho positivo e estabilização da curva de juros, com destaque para o mercado norte-americano, impulsionado por resultados positivos das empresas listadas, apesar das preocupações inflacionárias. No entanto, o Ibovespa seguiu uma trajetória oposta, influenciado pela percepção de maior risco devido ao aumento das tarifas comerciais dos Estados Unidos contra o Brasil. Além disso, as curvas de juros apresentaram forte alta e o real se desvalorizou em relação ao dólar.



CONSELHO FISCAL

ANÁLISE DE BALANCETE

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió - TAIÓPREV, no exercício de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 3.625, de 19 de dezembro de 2012, no Art. 172, reuniram-se nesta data, com a finalidade de Apreciação e Aprovação do Balancete Mensal do mês de **JULHO 2025**, que compreende examinar o livro contábil, a situação dos valores em conta corrente e aplicações financeiras e as despesas com a taxa de administração.

Considerando a análise realizada aos documentos apresentados no presente Balancete Mensal e a legislação vigente, **DECIDIMOS**:

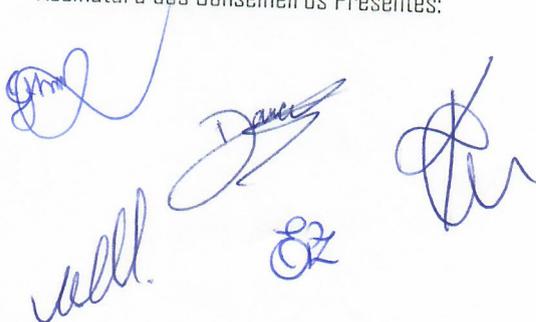
Aprovar o Livro Contábil; as Aplicações Financeiras; as Despesas com a Taxa de Administração do TAIÓPREV, sem restrições.

Aprovar () o Livro Contábil; () as Aplicações Financeiras; () as Despesas com a Taxa de Administração do TAIÓPREV, com restrições, descritas abaixo:

Reprovar () o Livro Contábil; () as Aplicações Financeiras; () as Despesas com a Taxa de Administração do TAIÓPREV, pelos motivos descritos abaixo:

Taió/SC, em 22 de Agosto de 2025

Assinatura dos Conselheiros Presentes:



LISTA DE PRESENÇA - CONSELHO FISCAL 22/08/2025

✓ Camila Hadlich Montagna Michels 

François Ferdinand de Bem Urban

✓ Vanessa Manchein 

David Cordeiro Schimidt 

Marcos Oliveira Padilha

Albanir Buzzi Junior

✓ Kaila Cristina Wolsteiner 

Maura Alves de Melo

Rita de Cássia Tomazoni

✓ Eliana Peron Zanluca 